RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO







Sucesso, trabalho e cooperação

5 de novembro de 1990, o sonho de criar um meio de atender as necessidades financeiras dos colaboradores da Associação Congregação de Santa Catarina com crédito responsável, dentro de parâmetros competitivos de mercado, e estimular a poupança, com um programa sólido de educação financeira, fortalecendo nosso papel de gerir recursos com responsabilidade e visão de longo prazo, se tornou realidade.

A Coopercredi ACSC nasceu do desejo das Irmãs de Santa Catarina e, em especial a Irmã Lia Gregorine, idealizadora e incentivadora da fundação e do desenvolvimento da Cooperativa.

Com a força dela que liderou, inúmeros funcionários do Hospital Santa Catarina conseguimos chegar onde estamos.

Com um planejamento responsável e uma visão de longo prazo, as pessoas passaram a gerir melhor seus recursos, a programarem suas ações e, acima de tudo, com sustentabilidade.

20 anos de História, 20 anos de dedicação. Agradecemos a você e aos mais de 20 mil funcionários que acreditaram em nosso ideal e ingressaram na Cooperativa no decorrer desses 24 anos.

Nosso fraterno agradecimento



Relatório de Gestão e Demonstrações Contábeis

O principal objetivo do Relatório é o de colocar à disposição dos cooperados toda a informação que permite a correta avaliação do desempenho da cooperativa, uma vez que sua gestão é definida como democrática e transparente, obtendo uma oportunidade para demonstrar, ao seu quadro social e demais órgãos, as prioridades de investimento e atuação do exercício seguinte.

A gestão e a prestação de contas anuais, estruturadas em relatório, constitui uma oportunidade da cooperativa demonstrar, a seus cooperados, as ações, evoluções, estatísticas, índices, mercado, planejamento, dentre outros elementos desenvolvidos no exercício anterior. O Relatório da cooperativa irá complementar a divulgação anual das contas, em assembléia, de forma mais abrangente, reafirmando o compromisso e relevância que, cada vez mais, se atribuirá ao equilíbrio entre as vertentes econômica, financeira, social e ambiental.





ÍNDICE

Sucesso, trabalno e cooperação	C
Relatório de Gestão	C
Mensagem do Conselho de Administração	C
Missão, Visão e Valores	C
Resumo do Planejamento Estratégico	C
Equipe CoopercrediACSC	C
Organograma	1
Quadro Social e Evolução mensal	1
Casas da Associação	1
Atendimentos	1
Capital Social - depósitos e saídas	1
Capital Social - evolução mensal	1
Resgates parciais de capital - por casas	1
Resgates parcias de capital - por motivo	1
Liberação de empréstimos	1
Empréstimos - Economia para o cooperado	1
Empréstimos em atraso	2
Composição da carteira de crédito	2
Cooperinvest	2
Apoio, ações e eventos FATES	2 2 2 2 2 2
Atividaes do PROF	2
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	2
Resultados e destinações	2 2 3
Controle Orçamentário	3
Despesas de pessoal	3
Apuração do resultado e pagamento de juros ao capital	3
Resultado total para os cooperados	3
Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial	3
Demonstrações de Sobras ou Perdas	3
Demonstrações das Nutações do Patrimônio Líquido	3
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	3
Notas Explicativas	4
Parecer do Conselho Fiscal	6
Parecer do Conselho de Administração	6
Relatório de Auditoria	6
Dados gerais da Coopercredi	6

Mensagem do Conselho de Administração

Prezados cooperados,

"As cooperativas são inovadoras e criativas e promovem uma nova matemática em que 1+1 é igual a 3. Com estas palavras o Santo Padre, Papa Francisco, encorajou as cooperativas a globalizarem a solidariedade".

Estas palavras proclamadas pelo Papa Francisco inspiram uma enorme esperança do ponto de vista da justica social. Justica que para acontecer necessita de homens e mulheres que tenham coragem de transgredir o que já está posto em formato de leis e padrões pré estabelecidos pelo sistema que engendra sedução, manipulação e opressão. Todos nós somos assediados 24h/dia com propagandas sedutoras que nos chegam não apenas pelos meios de comunicação formais: tv, internet, rádio, imagens, mas também pelos nossos próprios familiares, colegas de trabalho, amigos, filhos, que seduzidos e manipulados, fortalecemos o sistema com o boca a boca, com a tentativa de convencimento de que este celular é melhor ou aquele carro é mais confortável ou ainda aquele relógio possibilita maior status e por aí vamos... seduzidos e seduzindo sem nos darmos conta de que trabalhamos de graça, como escravos sem consciência, adquirindo felicidade artificial pela conquista recente que em pouco se transformará em pesadelo inegociável com bancos e financeiras que em nada se assemelham às cooperativas.

Mundialmente estamos vivendo um momento difícil de intolerância religiosa, cultural, social e econômico, onde o que menos importa é a pessoa. A Cooperativa de Crédito

ACSC, cuida para que o desenvolvimento econôminco e financeiro de todos e de cada membro não tenha em si uma visão fragmentada, embora sua natureza seja financeira, nossa olhar para o cooperado é integral e este vem ao encontro dos cinco encorajamentos propostos pelo Papa Francisco às cooperativas, destacamos aqui um deles: "... O Santo Padre recordou que não basta criar riqueza para depois distribuir ou assumir o princípio da responsabilidade social em formato de marketing. O Papa sublinhou o valor do cooperativismo que permite que o sócio não seja somente um fornecedor ou utente mas um protagonista que cresce como pessoa em modo cooperativo

Em nossa Assembléia, contamos com a presença de todos os delegados e cooperados que tiverem disponibilidade para estar conosco nesse momento de apresentação e prestação de contas do ano de 2014.

no qual 1+1 são 3. Cooperar significa precisamente operar

em conjunto para atingir um fim - declarou o Santo Padre".

Lembramos ainda que haverá nesta Assembléia a eleição dos novos Conselheiros Administrativos da Copercredi ACSC.

Contamos com a presença de todos.

Grande abraço

Kênia Tavares - Presidente do Conselho de Administração



Resumo do Planejamento Estratégico 2015 - 2017

Ser a principal referência em soluções financeiras para os funcionários da ACSC. Gerar soluções financeiras adequadas aos cooperados, garantindo sua sustentabilidade.

Sociedade

- 1. Levar conhecimento sobre cooperativismo de crédito a 50% dos cooperados ativos até 2015.
- 2. Viabilizar ações sustentáveis para beneficiar 5% dos cooperados até 2015.

Gestão

- 1. Aumentar a participação em eventos da cooperativa para 50% dos cooperados aptos a participarem de cada evento até 2015.
- 2. Manter 60% dos cooperados informados sobre a gestão da cooperativa até 2015.

Associado

- 1. Aumentar a proporção de financiamento de produtos para 15% da Carteira de Crédito até 2015.
- 2. Desenvolver 6 projetos de empreendedorismo e associativismo entre os familiares dos cooperados até 2015.
- 3. Aumentar a ativação do Cartão Coopercredi ACSC para 30% dos cooperados ativos por casa até 2015.
- 4. Aumentar para 30% a participação de cooperados em eventos culturais, de lazer e bem-estar nas Casas da ACSC.
- 5. Aumentar para 80% a participação de funcionários das Casas da ACSC na Cooperativa até 2015.

Processos Internos

- 1. Implantar Manuais de Controles até 2015.
- 2. Aumentar a utilização de produtos e serviços para 85% dos cooperados a partir de 2013.
- 3. Criar projetos de prestação de serviços voluntários para as Casas da ACSC para atender 50% das Casas interessadas a partir de 2013.
- 4. Aumentar a satisfação dos usuários dos sistemas tecnológicos para 70% a partir de 2013.
- 5. Manter 90% dos usuários satisfeitos com o atendimento a partir de 2013.
- 6. Estimular a criação de uma Associação Recreativa e Cultural na ACSC até 2015.

Aprendizado e Crescimento

- 1. Manter 100% dos funcionários no nível de "Aplicação" nas competências essenciais da organização a partir de 2013.
- 2. Implantar Política de Gestão de Pessoas.
- 3. Manter 80% dos funcionários satisfeitos a partir de 2013.



Douglas Aparecido Cirilo Diretor Executivo



Marceli, Amanda, Gabriela e Luma



Fabiana, Thalita, Elaine, Priscila e Vitória



Andréa, Jéssica e Ricardo



Rosely, Andréa e Clarissa



Nathani e Alberto



Danilo e Gilmar



Luana Atendimento PA - RJ



Tais Atendimento PA - Hospital Santa Catarina



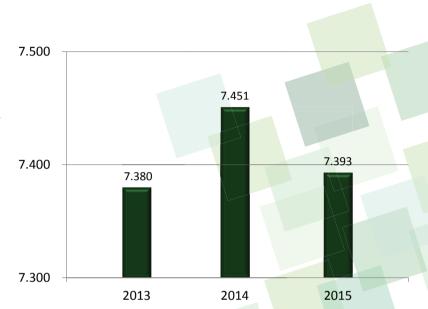
Damiana Atendimento PA - OSS



Quadro Social

PE/Orçamento	Previsão	Alcançado	Variação
Funcionários ACSC*	11.382	11.842	460
% Participação	60%	62,43%	-2.43 pp
Cooperados	6.829	7.393	564

* Funcionários que nunca foram cooperados e estão importados em nosso sistema de cadastro.



Evolução Mensal

Associaram-se a cooperativa em 2015 205 cooperados, que representam 7,51% em relação a 2014.

- 1.609 em 2012
- 2.357 em 2013
- 1.540 em 2014

Saíram da cooperativa em 2015 289 cooperados, que representam 15,78% comparados a 1831 em 2014

Saíram da ACSC: 265 (1484 em 2014) Saíram da Cooperativa: 23 (344 em

2014)

Faleceram: 0 (2 em 2014)

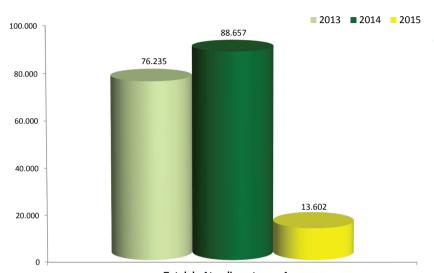
Eliminação: 1



A Coopercredi representa mais de 62,43% dos funcionários da ACSC

Instituição	Cooperados	%
Hospital Santa Catarina	1.446	71,1%
Lar Madre Regina	68	91,9%
Creche Sagrada Famíla	6	50,0%
Núcleo Educacional Santa Catarina	30	88,2%
Centro de Referência do Idoso	80	44,9%
Organização Social	1.970	69,3%
Pólo de Atenção Intensiva	75	57,7%
Centro de Análises Clínicas	193	49,2%
Ame - Itapevi	100	65,8%
Ame - Jardim Dos Prados	73	50,0%
Casa da Criança Vila Mariana	13	81,3%
Hospital Amparo Maternal	208	66,9%
Amparo Maternal	15	100,0%
Casa de Saúde São José	840	65,0%
Administração Corporativa	30	33,0%
Hospital Santa Teresa	461	60,3%
Colégio Santa Catarina-MG	34	15,2%
Colégio Santa Catarina-SP	102	65,0%
Hospital São José	287	51,4%
Hospital Madre Regina Protmman	83	56,8%
Escola Santa Catarina	8	29,6%
Colégio Santa Catarina-GO	0	0,0%
Hospital São Luiz	331	67,4%
Centro de Convivência Madre Regina	0	0,0%
Residencial Santa Catarina	99	79,8%
Hosp· de Clínicas Nossa Srª Conceição	206	63,8%
Prôvincia Madre Regina	10	100,0%
Colégio Santa Cataina-RJ	20	80,0%
Creche Santa Catarina	27	84,4%
Hospital de Trauma - Ortopedia	156	62,2%
Creche Monteiro Lobato	18	47,4%
Creche Madrea Regina	35	100,0%
Hospital Regional de Cacéres	169	33,4%
Hospital Estatual Central	207	39,5%
Obra Social Santa Catarina	2	100,0%
Creche São José do Itamarati	24	82,8%
Hospital Geral Pedreira	0	0,0%
CoopercrediACSC	25	100,0%
Ambulatório Médico de Especialidades	0	0,0%
Hospital Alberto Torres	0	0,0%
Hospital Pref. João Batista	0	0,0%

Atendimentos



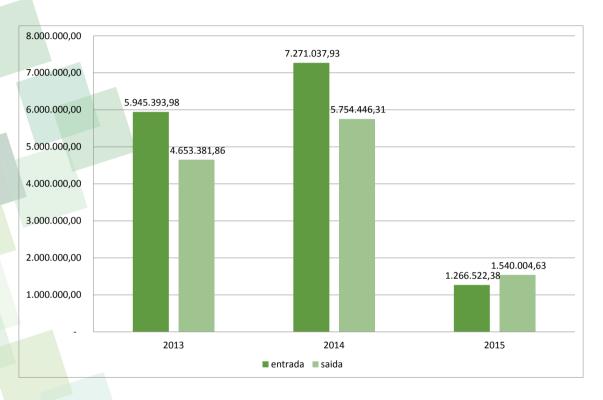
Total de Atendimentos no Ano

Categorias de atendimento

	2013	2014	2015
Telefone	25.616	35.261	5.143
WEB	18.288	19.069	3.548
Pessoal	12.609	13.044	1.532
RH/DP	9.464	12.046	1.884
E-mail	5.930	6.489	1.032
Malote	3.746	2.748	463

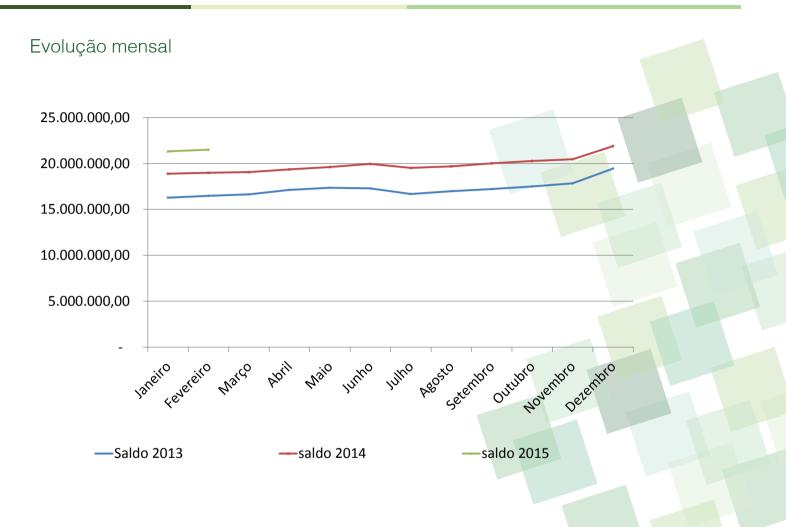


Capital Social - depósitos e saídas



Os depósitos de capital até fevereiro de 2015 alcançaram R\$1.266.522,38 milhões, 9% maior que no mesmo período de 2014

As saídas totalizaram R\$1,540.004,63 milhões, 4% menor que no mesmo período de 2014

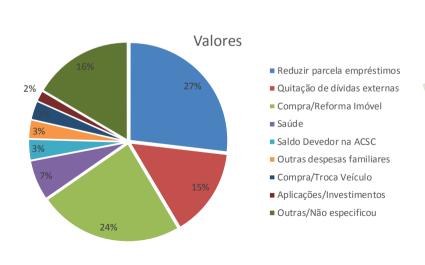


Resgates parciais de capital, por casa

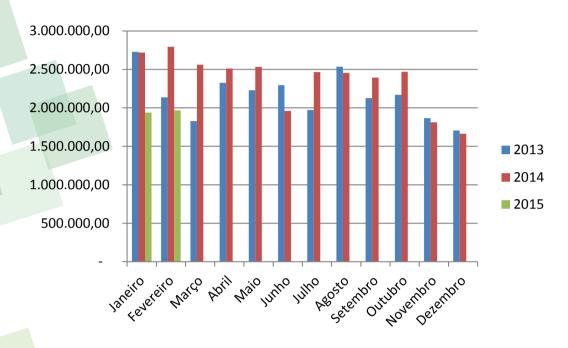
	Quan	tidade de Resgate Pa	arcial	Va	lor de Resgate Parcia	al
Casa	Crédito em Conta	Amortização de Empréstimos	Total	Crédito em Conta	Amortização de Empréstimos	Total
Administração Corporativa	1	0	1	28.400,00	-	28.400,00
Hospital Santa Catarina	59	80	139	315.186,78	375.363,84	690.550,62
Casa de Saúde São José	36	15	51	155.520,00	56.002,30	211.522,30
Hospital Santa Teresa	4	3	7	24.200,00	8.675,08	32.875,08
Colégio Santa Catarina-MG	0	1	1	-	3.053,74	3.053,74
Colégio Santa Catarina-SP	0	4	4	-	15.233,00	15.233,00
Hospital São José	0	4	4	-	12.937,59	12.937,59
Hospital Madre Regina Protmann	2	1	3	69.900,00	1.550,00	71.450,00
Hospital São Luiz	0	1	1	-	3.850,00	3.850,00
Lar Madre Regina	3	0	3	40.200,00	-	40.200,00
Residencial Santa Catarina	2	8	10	3.820,00	10.360,07	14.180,07
Hospital de Clinicas NS Conceição	3	4	7	11.200,00	10.168,92	21.368,92
Colégio Santa Catarina-RJ	1	0	1	4.540,00	-	4.540,00
Centro Referencia do Idoso-ZN	2	4	6	2.600,00	13.960,00	16.560,00
OS Santa Catarina	29	33	62	191.811,55	160.686,00	352.497,55
Polo de Atenção Intensiva	6	1	7	13.858,67	3.500,00	17.358,67
Centro de Análises Clínicas	0	2	2	-	12.360,00	12.360,00
AME Itapevi	3	2	5	10.900,00	2.600,00	13.500,00
AME Jardim dos Prados	1	0	1	8.800,00	-	8.800,00
Creche Madre Regina	1	0	1	2.200,00	-	2.200,00
Amparo Maternal	0	1	1	-	8.000,00	8.000,00
Total	153	164	317	883.137,00	698.300,54	1.581.437,54

Resgates parciais de capital, por motivo

	Quantidade de Resgate Parcial Valor de Resgate Parcial					
Casa	Crédito em Conta	Amortização de Empréstimos	Total	Crédito em Conta	Amortização de Empréstimos	Total
Reduzir parcela empréstimos	0	91	91	-	425.046,15	425.046,15
Quitação de dívidas externas	51	0	51	230.655,22	-	230.655,22
Compra/Reforma Imóvel	38	9	47	337.550,00	40.374,93	377.924,93
Saúde	17	9	26	69.626,78	35.149,83	104.776,61
Saldo Devedor na ACSC	0	15	15	-	54.994,75	54.994,75
Outras despesas familiares	10	0	10	49.150,00	-	49.150,00
Compra/Troca Veículo	5	0	5	49.190,00	-	49.190,00
Aplicações/Investimentos	2	0	2	28.200,00	-	28.200,00
Outras/Não especificou	30	40	70	118.765,00	142.734,88	261.499,88
Total	153	164	317	883.137,00	698.300,54	1.581.437,54



Liberação de Empréstimos



Liberados 1.602 contratos no total de R\$ 4.545.358 no ano de 2015:

Prazo médio de 23 meses

Valor médio de R\$ 2.837

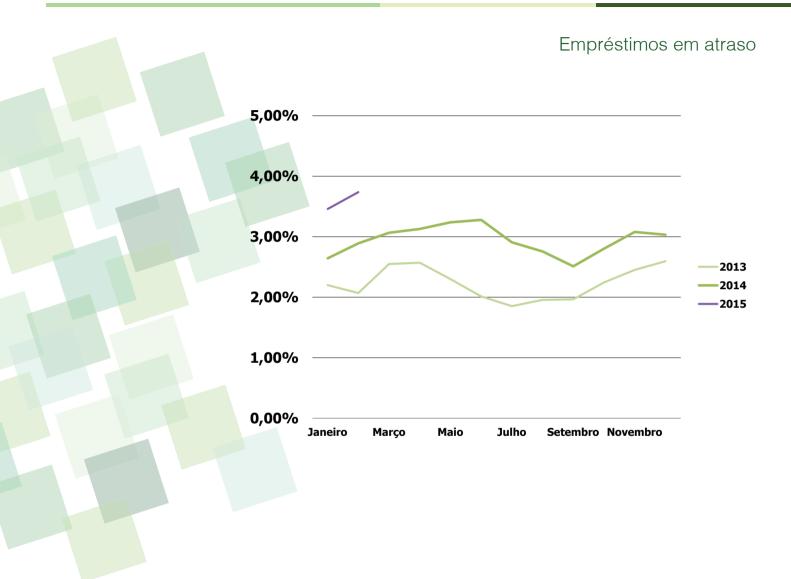
74,62% liberação de crédito novo - R\$ 3.391.907

23,00% refinanciamentos - R\$ 1.045.107

2,02% seguro prestamista – R\$ 91.693

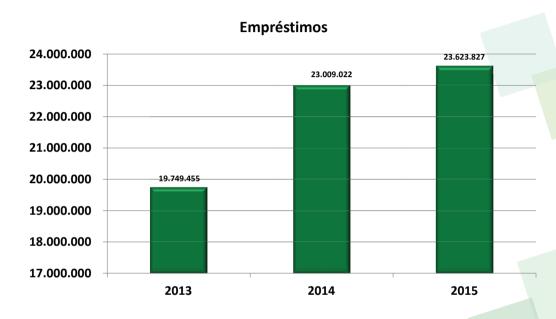
Empréstimos - Economia para o cooperado

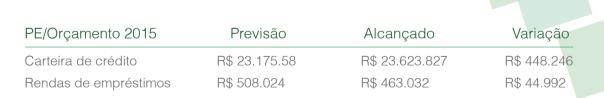




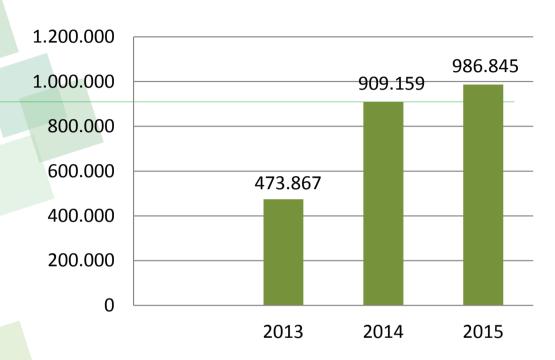
Crescimento de 2,67%

Composição da Carteira de Crédito





Cooperinvest



Crescimento de 8,5% em depósitos a prazo de cooperados Janeiro de 2015 Em Jan/2014 captamos R\$ 1 milhão na Cecresp. Em maio/2014 captamos mais R\$ 1 milhão. Ficamos com 03 emprestimos, porém quitamos um dos empréstimos em Outubro de 2014

Apoio, ações e eventos

Instituição	Evento	Valor
Hospital Santa Catarina	Evento de Hospitalidade	795,55
Casa de Saúde São José	Pesquisa direcionada aos colaboradores	350,00
Colégio Santa Catarina	Rifa de uma cesta de chocolate	130,00
Creche Sta Catarina - Petrópolis	Rifa para gerar fundos a Creche	120,00
Casa de Saúde São José	Doação de Brindes	260,00
Creche Sagrada Familia	Ação Páscoa	551,08
Núcleo Educacional Santa Catarina	Ação Páscoa	1.653,24
Polo de Atenção Intensiva	Ação Páscoa	359,40
Casa da Criança Vila Mariana	Ação Páscoa	479,20
Creche Monteiro Lobato	Ação Páscoa	432,00
Creche Madre Regina	Ação Páscoa	1.180,00
Creche São José do Itamarati	Ação Páscoa	800,00
Creche Santa Catarina	Ação Páscoa	1.488,90
Lar Madre Regina	Ação Páscoa	479,20
Hospital Estadual Central	II SIPAT	282,75
Cólegio Santa Catarina	Café da Manhã	558,60
AME Jardim dos Prados	SIPAT	445,75
Hospital de Clinicas N· Senhora Conceição	Palestra Informativa	450,00
Cólegio Santa Catarina	Brinde Festa Junina	500,00
Escola Santa Catarina	Brinde Festa Junina	350,00
Centro Estadual de Análises Clínicas	Kits para as Mães Gestantes	780,00
Hospital Santa Catarina	Semana da Enfermagem	1.007,00
Hospital de Clinicas N· Senhora Conceição	Palestra Informativa	450,00
Hospital Santa Catarina	Brinde Voluntariado	1.566,00
Nucleo Educacional Santa Catarina	Festa Junina	350,00
Hospital Regional de Caceres	Palestra de boas práticas de manipulação	385,00
Casa da Criança Vila Mariana	Evento de Hospitalidade	600,00

Apoio, ações e eventos

Instituição	Evento	Valor
Hospital Santa Catarina	Treinamento Coorporativo de Faturamento e Auditoria	200,00
Residencial Santa Catarina	SIPAT	400,00
Hospital Santa Teresa	SIPAT	550,00
Casa de Saúde São José	Semana do Cinema	1.675,00
ADM. Corporativa	Carrinho de Pipoca e Algodão doce (Dia das Crianças)	660,00
O·S· Santa Catarina	Ação Dia das Crianças	162,38
Hospital de Trauma e Ortopedia	SIPAT e semana de qualidade	1.000,00
Polo de Atenção Intensiva	SIPAT	1.000,00
Amparo Maternal	SIPAT	500,00
Núcleo Educacional Santa Catarina	Concurso de Frases, Fotografia e Caminhada Sustentável	500,00
Hospital Santa Catarina	SIPAT	3.911,70
Hospital Madre Regina Proatmann	Tarde Alegre	500,00
O·S· Santa Catarina	SIPAT	2.351,00
Hospital Santa Catarina	Integração Voluntárias	1.170,00
Lar Madre Regina	Bingo e sorteio para os cooperados	600,00
Hospital Santa Tereza	Festa de confraternização final de nno	1.000,00
O.S. Santa Catarina	Festa de confraternização final de ano	2.000,00
Colégio Santa Catarina - Petropolis	Festa Confraternização final de ano	300,00
Hospital Estadual Central	Café da manhã para os colaboradores	1-997,00

Total 37.280,75

Apoio, ações e eventos na ACSC

Ação Social "Dia C" - Visita dos colaboradores da Cooperativa a Casa Coração de Maria

Objetivo: Estimular o espírito de cooperação para as crianças e proporcionar um monento diferente do dia a dia.

Número de crianças: 22 Idade entre 0 e 16 anos



FATES

Na Assembléia anterior os delegados presentes aprovaram o plano para aplicação do FATES que foi cumprido pela Diretoria, conforme abaixo:

	Aprovado	Realizado	Variação
Saldo Anterior	97.768,59	97.768,59	0,00
Ingressos:	70.844,29	70.844,29	0,00
Destinação pela Assembleia Geral	70.844,29	70.844,29	-
Utilização:	-146.440,00	-117.299,00	-29.141,00
Parceria Instituto FEPAF	-3.240,00	-2.880,00	-360,00
Programa de Reeducação e Orientação Financeira	-97.200,00	-96.513,0 0	-687,00
Impressão do Livro "Coopercredi 20 anos"	-21.000,00	-17.906,00	-3.094,00
Curso de Delegados	-25.000,00		-25.000,00
Ingressos:	0		-
Destinação de 10% das sobras do ano		19.072,77	-19.072,77
Reversão de valores não resgatados		15.184,10	-15.184,10
Saldo Final	22.172,88	85.570,75	-63.397,87

Atividades do PROF

Serviço de orientação financeira com formação e acompanhamento das atividades de um Orientador do PROF

Palestras

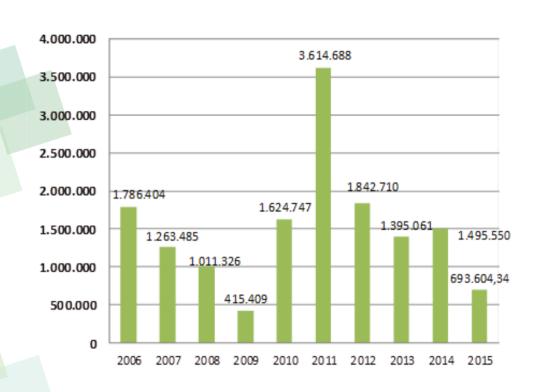
CRI / PAI Zona Norte - SP - 2 palestras
Clinica Três Rios - RJ -1 palestra
Hospital São José - Teresópolis - RJ - 2 palestras
Creche Santa Catarina - Petrópolis - RJ - 1 palestra
Hospital Santa Tereza - Petrópolis - RJ - 1 palestra
Casa de Saúde São José - RJ - 5 palestras
Colégio Santa Catarina - SP - 1 palestra
Amparo Maternal - SP - 3 palestras
Residencial Santa Catarina - SP - 2 palestras
CEAC - SP - 1 palestra
HGI - SP - 1 palestra
Hospital Santa Catarina - SP - 3 palestras
OSS - SP - 1 palestra

Cursos

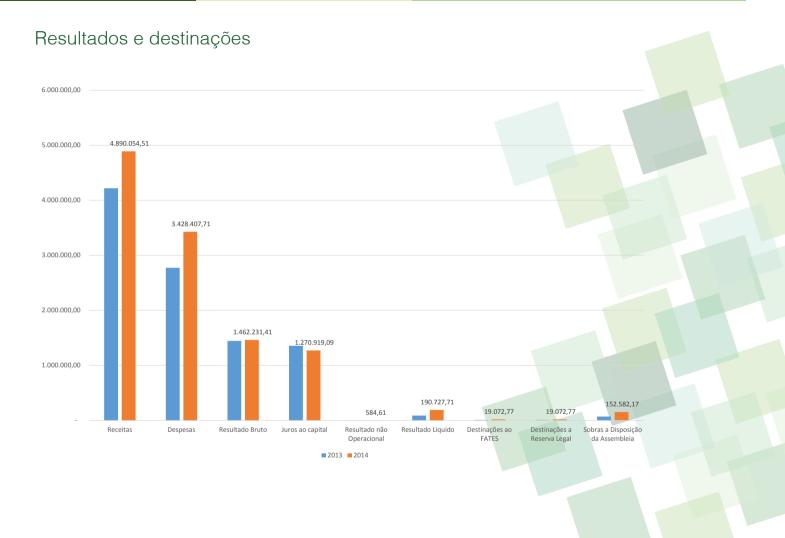
Hospital Santa Catarina - SP - Curso Completo OSS - SP - Curso Completo



Disponibilidades e Aplicações Financeiras



PE/Orçamento 2014	Previsão	Alcançado	Variação
Centralização Financeira	R\$ 800.000	R\$ 690.914	-R\$ 224.000
Receita Financeira	R\$ 6.400	R\$ 7.876	R\$ 1.476



Controle Orçamentário

CONTAS	Realizado	Orçado 2014	VARIAÇÃO
Rendas de Operação Financeira	161.661	76.800	-84.861
Renda <mark>s de Empréstimos</mark>	5.613.789	5.562.554	-51.235
Recuperação de Crédito B. Prejuízo	281.217	300.000	18.783
Prov para Crédito de Liq Duvidosa	-1.092.451	-801.750	290.701
Constituição de provisão para CLD	-1.886.970	-1.641.750	245.220
Reversão de Provisão para CLD	794.519	840.000	45.481
Rendas de Operações de Crédito	4.802.555	5.060.804	258.249
Despesa de Captação Financeira	333.574	-226.509	-560.083
Despesas com rem. do Poupprev	108.003	-78.713	-186.717
Despesas com Emprestimo Cecresp	225.571	-147.796	-373.367
Rendas de Itermediação Financeira	4.630.642	4.911.095	280.453
Outras Rendas	107.339	-	-107.339
Convênios e Parcerias	152.073	281.300	129.227
1 - TOTAL DAS RECEITAS	4.890.055	5.192.395	302.341
DESPESAS DE PESSOAL	1.600.900	1.786.419	185.518
Salários/Férias/13o.	835.403	940.973	105.570
Encargos Sociais	289.162	295.188	6.026
Benefícios	450.645	511.158	60.513
Educação/Treinamentos	25.690	39.100	13.410
Serviços de Terceiros	88.850	91.600	2.750
CONAD/CONFIS	45.788	51.512	5.724
Diretoria	517.926	566.729	48.802
Impostos/Taxas/Multas	5.623	5.800	177
Provisão de Riscos Fiscais	-	-	-
Despesas Bancárias	13.778	12.400	-1.378
Filiações Outras Entidades	239.247	230.000	-9.247
Propaganda e Publicidade	99.425	113.600	14.175
Seguros	20.155	40.900	20.745
Manut <mark>enção Sede</mark>	99.536	95.540	-3.996
Telecomunicações	74.537	79.800	5.263
Correios	39.560	32.400	-7.160
Assinaturas / Livros Técnicos	117	600	483
Promoções e Relações Públicas	87.610	101.000	13.390
Viagens / Diárias	27.293	54.700	27.407

CONTAS	Realizado	Orçado 2014	VARIAÇÃO
Comemorações / Eventos	48.763	104.300	55.537
Transporte	52.556	31.800	-20.756
Manutenção Maquinas e Equipamentos	1.101	2.400	1.299
Processamento de Dados	204.263	201.982	-2.281
Material de Escritório / Gráfico	29.373	35.800	6.427
Material de Copa/Limpeza e Refeições	16.262	14.400	-1.862
Gastos Diversos	13.300	13.000	-300
Depreciação/Amortização	101.860	133.175	31.315
2 - TOTAL DE DESPESAS	3.428.408	3.799.856	371.448
			-
3 - RESULTADO OPERACIONAL	1.462.232	1.392.540	-69.692
2 - DESPESA NÃO OPERACIONAL	585	-	-585
4 - JUROS AO CAPITAL	1.270.919	1.278.730	7.811
5 - DESTINAÇÃO DE RESULTADOS	38.146	22.762	-15.384
6 - SOBRAS A DISP. DA ASSEMBLÉIA	152.582	91.047	-61.535





Apuração do resultado e pagamento de juros ao capital

	2013	2014	Variação
Receita Total	4.218.304,13	4.890.054,51	671.750,38
Despesa Total	-2.773.403,12	-3.427.822,71	-654.419,59
Resultado Operacional	1.444.901,01	1.462.232,00	17.330,99
Resultado não Operacional	-528,74	-585,00	-56,26
Resultado Bruto	1.444.372,27	1.461.647,00	17.274,73
			-
Juros Sobre o Capital	1.355.816,90	1.270.919,00	-84.897,90
IRRF	-203.375,11	-190.640,70	12.734,41
Juros Liquidos	1.152.441,79	1.080.278,30	-72.163,49
·			-
Resultado Liquido	88.555,37	190.728,00	102.172,63
Destinação ao FATES	-8.855,54	-19.073,00	-10.217,46
Destinação a Reserva Legal	-8.855,54	-19.073,00	-10.217,46
Sobras a Disposição da Assembleia	70.844,29	152.582,00	81.737,71

Resultado total para os cooperados

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2014 da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionarios da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2014 a Coopercredi ACSC completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2014, a Coopercredi ACSC. obteve um resultado de R\$ 1.461.647 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 6,54%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 1.495.550. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 22.842.106,38.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial R\$ 22.811.561 - 100%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 4,25% da carteira, no montante de R\$ 971.712.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 909.159, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 6,72%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a prazo R\$ 909.159 - 100%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 90,98% da captação, no montante de R\$ 827.198.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência da Coopercredi ACSC era de R\$ 22.337.464. O quadro de associados era composto por 7.451 cooperados, havendo um acréscimo de 0,95% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Relatório da Administração

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Coopercredi ACSC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRALCECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Relatório da Administração

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Coopercredi ACSC aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor.

Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos.

No exercício de 2014, a ouvidoria da Coopercredi ACSC registrou 10 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 10 reclamações, 04 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo (SP), 05 de Fevereiro de 2015.

Diretoria Executiva

Balanço Patrimonial em 31/12/2014

ATIVO		31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO		31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		6.007.810	5.584.332	CIRCULANTE		2.026.001	1.610.610
DISPONIBILIDADES	(NOTA 03)	14.723	20.560	DEPÓSITOS	(NOTA 08)	909.159	439.851
	(11017 03)			Depósitos a Prazo	(1101A 00)	909.159	439.851
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	1.495.550	1.395.061				
Títulos e Valores Mobiliários		1.495.550	1.395.061				
				OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 09)	451.940	503.507
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	4.215.706	3.865.552	Empréstimos País - Outras Instituições		451.940	503.507
Operações de Crédito		4.608.929	4.103.094	OLITPAC OPPIO ACÕEO		664.902	667.252
(Provisão Op.Crédito de Liq. Duvidosa)		(393.223)	(237.542)	OUTRAS OBRIGAÇÕES Cobrança e Arrecadação de Tributos		1.029	1.359
OUTROS CRÉDITOS	(NIOTA OC)	281.831	303.159	Sociais e Estatutárias	(NIOTA 40)	278.558	322.765
Diversos	(NOTA 06)	440.043	491.382	Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 10)	79.108	45.223
(Provisão outros Créditos de Lig. Duvidosa)		(158.212)	(188.223)	Diversas	(NOTA 11)	306.207	297.905
		(/			(1401/111)		
NÃO CIRCULANTE		18.726.516	16.015.821	NÃO CIRCULANTE		355.851	209.794
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.301.073	14.847.202	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		355.851	209.794
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	17.203.605	14.821.789	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 09)	355.851	209.794
Operações de Crédito	(1401/100)	17.674.524	15.150.042	Empréstimos País - Outras Instituições	(1401/100)	355.851	209.794
(Provisão Op. de Crédito de Liq. Duvidosa)		(470.919)	(328.253)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	97.468	25.413				
Diversos	(140174 00)	171.464	82.710				
(Provisão outros Créditos de Lig. Duvidosa)		(73.996)	(57.297)				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.352.474	19.779.749
PERMANENTE	(NOTA 07)	1.425.443	1.168.619				
				CAPITAL SOCIAL	(NOTA 14)	21.774.498	19.302.584
INVESTIMENTOS	(NOTA 07a)	1.076.081	852.474	De Domiciliados no País	(NOTA 14a)	21.774.498	19.302.584
Outros Investimentos		1.076.081	852.474				
				RESERVAS DE LUCROS	(NOTA 14b)	425.394	406.321
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 07b)	279.278 473.551	225.501 358.728	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		152.582	70.844
Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada)		(194.273)	(133.227)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 14c)	152.582	70.844
(Depreciação acumulada)		(194.273)	(133.221)				
DIFFRIDO	(NOTA 07c)	8,688	10.953				
Gastos de Org. e expansão	(140 IM 07C)	22.491	22.491				
(Amortização acumulada)		(13.803)	(11.538)				
INTANGÍVEL		61.396	79.691				
Outros Ativos Intangíveis	(NOTA 07d)	197.612	178.488				
(Amortização acumulada)	(.10 // to/ d)	(136.216)	(98.797)				
TOTAL DO ATIVO		04 704 000	04 000 450	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		04 704 000	04 000 450
TO TAL DO ATIVO		24.734.326	21.600.153	TO TAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	'	24.734.326	21.600.153

Demonstrações de Sobras ou Perdas (em reais)

Descrição das contas	2° SEMESTRE DE 2014	2014	2013
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.187.891	6.050.535	4.975.803
Operações de Crédito	3.099.889	5.895.006	4.919.576
Resultado de Oper. c/ Títulos e VIrs. Mobiliários	88.002	155.529	56.227
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(785.386)	(1.426.025)	(906.720)
Operações de Captação no Mercado	(64.350)	(108.003)	(45.467)
Operações de Empréstimos e Repasses	(125.222)	(225.571)	(58.100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(595.814)	(1.092.451)	(803.153)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.402.505	4.624.510	4.069.083
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.682.596)	(3.162.278)	(2.624.183)
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.199.959)	(2.152.076)	(1.685.213)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(654.846)	(1.269.066)	(1.082.691)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(3.952)	(6.681)	(5.499)
Resultado de Participações em Col. E Controladas	1.533	2.121	1.013
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	174.628	263.424	148.207
RESULTADO OPERACIONAL	719.909	1.462.232	1.444.900
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(585)	(585)	(529)
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO	719.324	1.461.647	1.444.371
JUROS AO CAPITAL	(1.270.919)	(1.270.919)	(1.355.817)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	(551.595)	190.728	88.554
-	,		
FATES		(19.073)	(8.855)
Reserva Legal		(19.073)	(8.855)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		152.582	70.844

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (em reais)

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2012	16.052.147	397.466	404.123	16.853.736
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao Capital	404.123	-	(404.123)	-
Movimentação de Capital				
Por Subscrição/Realização	6.347.254	-	-	6.347.254
Por Devolução (-)	(4.653.382)	-	-	(4.653.382)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	1.444.371	1.444.371
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(1.355.817)	(1.355.817)
Subscrição do Juros ao Capital	1.355.817	-	-	1.355.817
IRRF sobre Juros ao Capital	(203.375)	-	-	(203.375)
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Fundo de Reserva	=	8.855	(8.855)	-
FATES	-	-	(8.855)	(8.855)
Saldos em 31/12/2013	19.302.584	406.321	70.844	19.779.749
Mutações do Período				
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao Fates	=	-	(70.844)	(70.844)
Movimentação de Capital				
Por Subscrição/Realização	7.507.996	-	-	7.507.996
Por Devolução (-)	(6.116.360)	-	-	(6.116.360)
Sobras ou Perdas Líquidas	=	-	1.461.647	1.461.647
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(1.270.919)	(1.270.919)
Subscrição do Juros ao Capital	1.270.919	-	-	1.270.919
IRRF sobre Juros ao Capital	(190.641)	-	-	(190.641)
Destinação das Sobras ou Perdas:				
Fundo de Reserva	-	19.073	(19.073)	-
FATES	-	-	(19.073)	(19.073)
Saldos em 31/12/2014	21.774.498	425.394	152.582	22.352.474

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em reais)

	2° SEMESTRE DE 2014	31/12/2014	31/12/2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS Resultado antes da Distribuição de JCP	(400.732) 719.324	570.733 1.461.647	248.919 1.444.371
Provisão para Operações de Crédito Provisão de Juros ao Capital Constituição dos Fates	119.303 (1.270.919) (19.073)	298.347 (1.270.919) (19.073)	125.763 (1.355.817) (8.855)
Depreciações e Amortizações	50.633	100.731	43.457
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	(176.383)	(3.030.316)	(4.058.270)
Outros Créditos	(170.007)	(50.728)	(118.739)
Depósitos a Prazo Outras Obrigações	196.828 198.201	469.308 (2.352)	183.282 36.326
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.505.268)	94.491	713.301
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) Aplicação de Investimento	(1.456.629) (166.233)	(2.519.597) (223.607)	(3.244.100) (121.971)
Aplicação de Imobilizações de Uso	(15.798)	(116.317)	(163.579)
Aplicação no Intangível	(3.226)	(19.124)	(27.097)
Alienação em Imobilizado de Uso	-	1.494	34.425
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(185.257)	(357.554)	(278.222)
Aumento por novos aportes de Capital	3.990.827	7.507.996	6.347.254
Devolução de Capital à Cooperados Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	(3.248.757)	(6.116.360) (70.844)	(4.653.382)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	1.270.919	1.270.919	1.355.817
IRRF sobre Juros ao Capital	(190.641)	(190.641)	(203.375)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	1.822.348	2.401.070	2.846.314
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(220.270)	94.652	(427.089)
No início do período	1.730.543	1.415.621	1.842.710
No fim do período	1.510.273	1.510.273	1.415.621
Variação Líquida das Disponibilidades	(220.270)	94.652	(427.089)
	, ,		

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina -Coopercredi ACSC, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/11/1990, filiada à Cooperativa Central Cecresp – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

A Coopercredi ACSC possui sede em São Paulo/SP e Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da administração da cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) -Resolução CMN nº4.144/2012; CPC 01(R1) -Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações -Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 24/01/2015.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	14.723	20.560
Relações interfinanceiras – centralização financeira	1.495.550	1.395.061
Total	1.510.273	1.415.621

(Valores expressos em reais - R\$)

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP, quotas da Cecresp Corretora e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, veículos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

I) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2013 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezemb<mark>ro</mark> de 2014.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários do SICOOB Coopercredi ACSC estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Títulos de Renda Fixa	1.495.550	1.395.061

(Valores expressos em reais - R\$)

Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto aos cooperados.

NOTA 05 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Perce	entual de Risco / Situação	* Empréstimos/Tit. Desc	Total em 31/12/2014	Total da Provisão 31/12/2014	Total em 31/12/2013	Total da Provisão 31/12/2013
A 0,5 B 1% B 1% C 3% C 3% D 109 D 109 E 309 E 309 F 509 G 709 H 100	Normal Vencidas	20.981.486 235.558 24.231 179.113 26.321 150.821 36.082 112.325 38.494 109.148 46.218 66.234 36.116 459.935	20.981.486 235.558 24.231 179.113 26.321 150.821 36.082 112.325 38.494 109.148 46.218 66.234 36.116 459.935	104.907 2.356 243 5.373 790 15.083 3.609 33.697 11.548 54.574 23.109 46.364 25.281	18.206.197 50.796 200.763 13.399 148.171 16.667 110.905 14.433 113.583 21.725 82.99 122.257 69.427	(91.031) (508) (2.004) (403) (4.444) (1.660) (11.091) (4.331) (34.075) (10.863) (41.497) (85.570) (69.427)
H 100	Total Normal Total Vencido Total Geral Provisões (-) Total Líquido	309.481 22.294.620 516.943 22.811.563 (1.096.350) 21.715.213	459.935 22.294.620 516.943 22.811.563 (1.096.350) 21.715.213	309.481 722.289 374.061 1.096.350	454.411 18.392.644 19.625.726 1.233.082 (811.315) 18.814.411	(454.411) (178.223) (633.092) (811.315)

^{*} Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

^{*} Em Empréstimos estão contidos os valores do cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2014
Empréstimos	595.644	4.369.931	17.845.988	22.811.563

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

	31/12	31/12/2013	
Setor	Empréstimo	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas			
Empréstimos	12.354.369	12.354.369	11.033.688
Refinanciamento	9.406.885	9.406.885	7.684.272
Compra Cooperada	355.152	355.152	424.074
Cartão Crédito	166.916	166.916	110.750
Convênio	133	133	352
Carteira de Operação de Crédito	22.283.455	22.283.455	19.253.136
Renegociações 1	528.108	528.108	372.590
Total de carteira Classificada	22.811.563	22.811.563	19.625.726

¹ Títulos de Crédito a Receber com características de concessão de Crédito de ex associados.

(Valores expressos em reais - R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial Constituições/Reversões no periodo Transferências/recersões para prejuizo no período	(811.315) (1.887.539) 1.601.904	(623.860) (1.485.907) 1.298.452
Total	(1.096.950)	(811.315)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Devedor	112.797	0,49%	96.140	0,50%
10 maiores Devedores	594.442	2,61%	522.160	2,66%
50 maiores Devedor	1.787.494	7,84%	1.661.739	8,46%
			(Valores exp	ressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	2.203.511	1.977.089
Valor das Operações Transferidas no Período	821.956	411.929
Valor das Operações Recuperadass no Período	(268.359)	(185.507)
Total	2.757.108	2.203.511
	(Valores exp	ressos em reais - R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Setor	Circulante	31/12/2014 Longo Prazo	Total	31/12/2013 Total
Adiantamento de Despesas de Viagens	201	-	201	1.820
Adiantamento Funcionario	394	-	394	-
Adiantamento para Despesas diversas	165	-	165	117
Imposto de Renda a Compensar	10.181	-	10.181	6.763
Títulos e Créditos a Receber (a)	386.193	171.464	557.657	469.301
Quitação de Rescisões (b)	40.277	-	40.277	59.725
Transitória boletos (c)	-	-	-	10.507
Transitória conta cartão (d)	2.631	-	2.631	25.859
Provisão para Outros Créditos	(158.211)	(73.996)	(232.207)	(245.520)
Total	281.831	97.468	379.299	328.572

- (a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores da carteira de renegociação, devedores diversos,credito a receber, e Odontoprev folha;
- (b) Em Quitações de Rescisão estão registrados os valores de rescisões de cooperados feitas no decorrer do mês base, sendo baixadas sempre no mês seguinte;
- (c) Em Transitória boletos estão registrados os valores de boletos processados no decorrer do mês, e o saldo apresentado é do ultimo dia do mês sendo zerado no dia seguinte;
- (d) Em Transitória cartão estão registrados as movimentação do cartão da cooperativa, com lançamentos de pagamento de fatura, geração de fatura, pagamento ao credenciado e receita do mês.

	31	/12/2014
Títulos e Créditos a Receber (a)	Saldo	Total
Renegociações	541.657	541.657
(-) Rendas apropriar renegociação	(13.549)	(13.549)
Cartão de crédito lojista	5.288	5.288
Devedores diversos - País	1.562	1.562
Créditos a receber	7.532	7.532
Odontoprev	15.167	15.167
Total	557.657	557.657
	(Valores expresso	s em reais – R\$)

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP, ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de Aquisição	31/12/2014	31/12/2013
SICOOB CENTRAL CECRESP Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB Corretora	1.046.680 13.401 16.000	829.904 6.570 16.000
Total	1.076.081 (Valores expres	852.474 ssos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de uso	Custo Corrigido	31/12/2014 Deprec.Acumulada	Total Líquido	31/12/2013 Total Líquido	Tx Anuais Depreciação %
Imobilizado em curso	3.341		3.341	15.899	-
Instalações	61.956	(8.777)	53.179	-	10%
Veiculos	98.262	(16.873)	81.389	-	10%
Móveis e equipamentos de uso	117.610	(36.519)	81.091	145.146	10%
Sistema de comunicação	2.000	(283)	1.717	-	20%
Sistema de proc <mark>essamento</mark> de dados	190.382	(131.821)	58.561	64.456	20%
Total	473.551	(194.273)	279.278	225.501	

(Valores expressos em reais - R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

Diferido	Custo Corrigido	31/12/2014 Deprec.Acumulada	Total Líquido	31/12/2013 Total Líquido	Tx Anuais Depreciação %
Benfeitorias	22491	-13803	8.688	10.953	20%
				(Valo	res expressos em reais – R\$)

d) Intangível

Diferido	Custo Corrigido	31/12/2014 Deprec.Acumulada	Total Líquido	31/12/2013 Total Líquido	Tx Anuais Depreciação %
Licenças e Software	s 197612	-136215,69	61.396	79.691 (Va	20% lores expressos em reais – R\$)

O valor registrado na rubrica "intangível" refere-se a licenças de softwares em geral.

NOTA 08 - DEPÓSITOS

a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Aplicador 10 maiores aplicadores 50 maiores aplicadores	181.421 638.505 909.159	19,95% 70,23% 100,00%	61.583 288.155 439.851	14,00% 65,51% 100,00%

(Valores expressos em reais - R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Pessoa Física Depósito à Prazo	 909.159	 439.851
	(Valores expresso	os em reais – R\$)

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Os empréstimos são apresentados a seguir:

			31/12/2014			31/12/2013
1	Descrição	Tx Juros a.m.	Circulante	Não-Circulante	Total	Total
	Sicoob Central Cecresp - Contrato nº 924-7	135% do CDI	451.940	355.851	807.791	713.301
	Contrato 11 924-7			(Valores e	xpressos er	m reais – R\$)

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a) IRRF sobre juros ao capital Cotas de capital a pagar (b) Sobras/Juros de Capital a Pagar	85.571 190.641 2.346	97.769 203.375 5.835 15.786
Total	278.558 (Valores expressos	322.765 em reais – R\$)

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF.
- (b) As Cotas de Capital a pagar ficam registrados os valores a devolver ao cooperado que foi demitido ou uma devolução parcial de capital.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

		31/12/20	14	31/12/	2013
Outras Obrigações - Diversas	Circulante		Total		Total
Fornecedores	49.220		49.220		57.895
Compra Cooperada	4.383		4.383		6.633
Provisão p/ despesas administração	3.600		3.600		-
Provisão p/ despesas com pessoal	80.866		80.866		71.422
Provisão para ação judicial	_		_		11.600
Prov. de férias	95.053		95.053		67.932
Recesso estagiário	959		959		405
Seguros retidos nos empréstimos	31.899		31.899		141
Convenio farmácia	182		182		274
Credores dversos - país	21.704		21.704		13.830
Creditos a identificar	-		-		1.992
Comissão de seguros a funcionários	2.611		2.611		- '
Fornecedor cartão de crédito	15.591		15.591		65.781
Faturamento taxi	139		139		-
Total	306.207		306.207		297.905
			(Valores	s expressos e	m reais - R\$)

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	Probabilidade	Valor Provisionado	Valor Dep. Judiciais	Valor Provisionado	Valor Dep. Judiciais
	de Perda	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2013
Ações Judiciais	Provável			11.600	

(Valores expressos em reais - R\$)

Ações Judiciais refere-se à provisionamentos feitos sobre ações em andamento e seguindo orientações jurídicas constituído uma provisão caso haja alguma perda.

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Coopercredi ACSC opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotaspartes. O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2014	31/12/2013
Capital Social	21.774.498	19.302.584
	(Valores expre	essos em reais - R\$)
	31/12/2014	31/12/2013
Total de Associados	7.451	7.380
	(Valores expre	essos em reais - R\$)

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes da distribuição de JCP Pagto/incorporação de Juros ao Capital	1.461.647 (1.270.919) 190.728	1.444.371 (1.355.817) 88.554
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10% Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(19.073) (19.073)	(8.85 5) (8.85 5)
Sobras ou Perdas à disposição da Assembleia Geral	152.582	70.844

(Valores expressos em reais - R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais. Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2014:

Outras Obrigações - Diversas	31/12/2014	31/12/2013	% em relação á carteira total
Saldo das operações ativas Saldo das operações passivas	194.267 18.274	93.390 36.832	0,85% 2,01%
			(Valores expressos em reais - R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

Operações Ativas

Natureza da Op <mark>eração</mark> de Crédito Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimo / Financiamento	194.267	971	0,85%

(b) Detalhamento das Operações Passivas:

Operações Ativas

Natureza da Aplicação Financeira Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação fin em relação à carte		Taxa me	édia - %
Depósitos a prazo Pessoas físicas - taxa pós-fixada	18.274	2,01%	(Valores ex	1 pressos em re	,10% eais – R\$)

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas aplicadas em Relação	Taxas aplicadas pelo <mark>Conselho</mark> da
- Transações com partes relacionadas	às Partes Relacionadas	Administração/Diretoria <mark>Executiv</mark> a
Aplicação Financeira - RDC	1,10% a 1,20%	1,10% a 1,20%
Empréstimos	1,95% a 2,60%	1,95% a 2,60%
		(Valores expressos em reais - R\$)

(d) Integralizações e Saldo de capital das partes relacionadas:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Conselheiros	Diretoria	Total
Integralizações	40.252	3.814	44.066
Saldo de capital	84.163	22.579	106.741

(e) No exercício de 2014, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2014

Descrição			Total
Cédula de	Presen	ça (Conselho de Administração) ça (Conselho Fiscal) oria Executiva)	33.339 12.448 492.423
Plano de S	Saúde (I	Diretoria Executiva)	25.493
			(Valores expressos em reais - R\$)

NOTA 16 - COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERCREDI ACSC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central CECRESP - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A COOPERCREDI ACSC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 17 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Seguro de Responsabilidade Civil	limitado a R\$ 5.000.000	limitado a R\$ 5.000.000
Seguro Patrimonial	limitado a R\$ 74.000	limitado a R\$ 239.000
Total	5.074.000	5.239.000

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 18 - ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência - PR da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando o valor de R\$ 22.337.464,49 em 31 de Dezembro de 2014. O Banco Central do Brasil concedeu prazo para parametrização do sistema e geração dos arquivos para preenchimento do DLO das cooperativas, visto que a partir de outubro/13 entrou em vigor novo critério de cálculo.

NOTA 19 - GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

19.1 - RISCO OPERACIONAL

- a) O gerenciamento do risco operacional da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria continua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de controles internos de riscos operacionais (Scir).
- e) As informações cadastradas no sistema de controles internos e riscos Operacionais (Scrir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva auditora da cooperativa central.
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da diretoria executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo agente de controles internos e riscos (ACIR).
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

19.2 - RISCO DE MERCADO

- a) O gerenciamento do risco de mercado da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

19.3 - RISCO DE CRÉDITO

- a) O gerenciamento de risco de crédito da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

19.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da cooperativa objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas praticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a cooperativa aderiu a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br

- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo continuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. Planejas metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

São Paulo, 24 de Janeiro de 2015.

Sérgio Luiz Pereira Crespi Diretor de Negócios CPF: 291.976.318-09

> Doublas Aparecido Cirilo Diretor Executivo OPF: 215.400.582-42

Alberto Luis Alves

CRC: 1sp-256335/P-1 CPF: 329.201.508-12

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, membros do Conselho Fiscal DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA A.C.S.C., em cumprimento ao que determina o artigo 57, letra "I a XIV" do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2014 para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem os documentos que compõem o "Balanço Geral" encerrado em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2013, bem como da Demonstração de "Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa" apresentado, constaram que:

- a) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- b) As despesas efetuadas, autorizadas pela Diretoria, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa;
- c) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com autoridades do Cooperativismo;
- d) Foi constatado que: "a cooperativa não mantêm valor em espécie no caixa";
- e) Os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Diretoria, foram aprovados por este Conselho;
- f) Os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Órgão de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 17 de Março de 2014.

Vera Lúcia Guerreiro Sardinha Conselheira Sérgio Aparecido da Veiga Conselheiro

Felipe Ribeiro Soares de Andrade Conselheiro

Parecer do Conselho de Administração

Nós, membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Coopercredi ACSC, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Auditores Independentes, CNAC Auditores Independentes, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e do parecer do Conselho Fiscal, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

São Paulo, 17 de Março de 2014.

Kênia Cristina Tavares Presidente do Conselho Antonio Coelho Barroqueiro Vice-Presidente do Conselho

Francisca Maria Borges do Amaral Conselheira

Gerson Aibeiro Magalhães Conselheiro

Nair Thomaz Conselheira

Relatório de Auditoria sobre as Demosntrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina - Coopercredi ACSC em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo-SP, 27 de fevereiro de 2015.



Dados Gerais da Coopercredi ACSC

C<mark>OOPERATIVA</mark> DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO SANTA CATARINA

CNPJ: 65.560.658/0001-01

Sede - Coopercredi ACSC - Avenida Paulista, 352 - 1º Andar - Conjunto 11 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01310-000

Posto de Atendimento no Hospital Santa Catarina

Rua Cincinato Braga, 144 - 2º Andar - Sala 06 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01300-000

Posto de Atendimento na Organização Social Santa Catarina

Avenida Nossa Senhora do Sabará, 4029 - Vila Emir - São Paulo - SP - CEP: 04447-021

Posto de Atendimento na Casa de Saúde São José

Rua Macedo Sobrinho, 21 – Humaiatá – Rio de Janeiro - CEP: 22271-080

Conselho de Administração

Kênia Cristina Tavares Presidente do Conselho

Antonio Coelho Barroqueiro Vice-Presidente do Conselho

Francisca Maria Borges do Amaral Conselheira

Gerson Ribeiro Magalhães Conselheiro

Nair Correa Thomaz Conselheira

Conselho Fiscal

Ana Paula de Oliveira Nascimento Conselheira

Felipe Ribeiro Soares de Andrade Conselheiro

Neuza Maria Conceição Pimentel Santana Conselheira

Sergio Aparecido Veiga Conselheiro

Vera Lúcia Guerreiro Sardinha Conselheira

Diretoria Executiva

Douglas Aparecido Cirilo Diretor Executivo

Sérgio Luiz Pereira Crespi Diretor de Negócios

Uma publicação Anual da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina.

Av. Paulista, 352, conj. 11, Bela Vista - CEP 01310-000 - São Paulo - SP

Central de atendimento: (11) 3253-0423

Ouvidoria: 0800 725 0996

Conteúdo: Douglas Cirilo, Sérgio Crespi e Alberto Alves. Produção e Desenvolvimento: Gilmar Ribeiro Sanches

Tiragem: 300 exemplares

Impressão:











Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina Av. Paulista, 352 - 1 andar - Cj 11 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01310-000 Central de Atendimento: 11 3253-0423 - Ouvidoria: 0800 725 0996 www.coopercrediacsc.coop.br